

Alerta Legislação, nº 18, de 05 a 10 de maio de 2014

Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

- **LEI Nº 12.970, DE 8 DE MAIO DE 2014**
Altera o Capítulo VI do Título III e o art. 302 e revoga os arts. 89, 91 e 92 da [Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986](#) – Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre as investigações do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - SIPAER e o acesso aos destroços de aeronave; e dá outras providências.
- **LEI Nº 12.968, DE 6 DE MAIO DE 2014**
Estabelece procedimento alternativo para a concessão de visto de turismo a estrangeiro e altera os arts. 9º, 10 e 56 da [Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980](#).
- **DECRETO Nº 8.235, DE 5 DE MAIO DE 2014**
Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o [Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012](#), institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências.

Governo do Estado de São Paulo

- **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.241, DE 8 DE MAIO DE 2014**
Cria a Região Metropolitana de Sorocaba e dá providências correlatas
- **DECRETO Nº 60.428, DE 8 DE MAIO DE 2014**
Aprova o Código de Ética da Administração Pública Estadual e dá nova redação a dispositivos do [Decreto nº 57.500, de 8 de novembro de 2011](#)

Prefeitura da Cidade de São Paulo

- **DECRETO Nº 55.089, DE 8 DE MAIO DE 2014**
Institui o Projeto Guardiã Maria da Penha.
- **DECRETO Nº 55.085, DE 6 DE MAIO DE 2014**
Regulamenta a [Lei nº 15.947, de 26 de dezembro de 2013](#), que dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos em vias e áreas públicas – comida de rua.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
09/05/2014	<p><u>LEI Nº 12.970, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Altera o Capítulo VI do Título III e o art. 302 e revoga os arts. 89, 91 e 92 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre as investigações do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - SIPAER e o acesso aos destroços de aeronave; e dá outras providências.</p>
07/05/2014	<p><u>LEI Nº 12.968, DE 6 DE MAIO DE 2014</u> Estabelece procedimento alternativo para a concessão de visto de turismo a estrangeiro e altera os arts. 9º, 10 e 56 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.</p>
06/05/2014	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 645, DE 5 DE MAIO DE 2014</u> Dispõe sobre a ampliação do Auxílio Emergencial Financeiro relativo aos desastres ocorridos em 2012.</p>
05/05/2014 (Ed. extra)	<p><u>DECRETO Nº 8.236, DE 5 DE MAIO DE 2014</u> Regulamenta a Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965, que dispõe sobre a organização, o funcionamento, a execução e as exigências indispensáveis à eficiência do registro genealógico de animais domésticos no País.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.235, DE 5 DE MAIO DE 2014</u> Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências.</p>
05/05/2014	<p><u>DECRETO Nº 8.234, DE 2 DE MAIO DE 2014</u> Regulamenta o art. 38* da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.</p> <p><i>*O valor da Taxa de Fiscalização de Instalação das estações móveis do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Celular ou de outra modalidade de serviço de telecomunicações [...]</i></p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Senado Federal (SF)	<p><u>RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2014</u> Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de dólares norte-americanos).</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 8, DE 2014</u> Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 480.135.000,00</p>

	<p>(quatrocentos e oitenta milhões, cento e trinta e cinco mil dólares norte-americanos).</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 7, DE 2014</u> Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 204.000.000,00 (duzentos e quatro milhões de dólares norte-americanos).</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2014</u> Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até € 300.000.000,00 (trezentos milhões de euros).</p>
<p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 7 DE MAIO DE 2014</u> [...] Art. 1º Reconhecer a erradicação dos focos da praga <i>Cydia pomonella</i> nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Art. 2º Declarar o Brasil como País Livre da Praga <i>Cydia pomonella</i>. [...]</p>
<p>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)</p>	<p>COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN) → Comissão Deliberativa <u>RESOLUÇÃO Nº 170, DE 30 DE ABRIL DE 2014</u> [...] Art. 1º Aprovar a Norma CNEN NN 1.01 Licenciamento de Operadores de Reatores Nucleares, anexa a esta Resolução. [...]</p>
<p>Ministério da Cultura (MinC)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA (ANCINE) → Diretoria Colegiada <u>DELIBERAÇÃO Nº 92, DE 30 DE ABRIL DE 2014</u> Dispõe sobre o impedimento de previsão contratual de devolução de recursos públicos federais e o estabelecimento de limite à penalidade de multa em contratos de patrocínio, coprodução ou investimento por meio dos mecanismos federais de incentivo fiscal instituídos pelas Leis nº 8.313/91, nº 8.685/93 e pela MP 2.228-1/01.</p> <p>INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) <u>PORTARIA Nº 227, DE 30 DE ABRIL DE 2014</u> [...] Art 1º. Instituir a Coordenação Técnica do Escritório de Processos - CTEP, unidade organizacional responsável pelo assessoramento, acompanhamento e monitoramento da gestão por processos no IPHAN, conforme disposto no Anexo I (Estrutura Organizacional) desta Portaria. [...]</p> <p><u>PORTARIA Nº 224, DE 30 DE ABRIL DE 2014</u> Institui a Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial e a Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo.</p> <p>SECRETARIA EXECUTIVA (SE) <u>PORTARIA Nº 327, DE 5 DE ABRIL DE 2014</u> Aprova, no âmbito do Ministério da Cultura, Norma de Segurança que estabelece as Diretrizes de Segurança da Informação e Comunicações.</p>

<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 1.147/MD, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Disciplina o processo de credenciamento de segurança de pessoas naturais, bem como de órgão e entidades públicas e privadas, como órgãos de registro e postos de controle, para o tratamento de informações classificadas, em qualquer grau de sigilo, no âmbito do Ministério da Defesa.</p> <p>COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) → Gabinete do Comandante (GABAER) <u>PORTARIA Nº 676/GC3, DE 5 DE MAIO DE 2014</u> Aprova a reedição do ROCA 21-48(*), que trata do "Regulamento do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos" (*) <i>O Regulamento de que trata a presente Portaria será publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).</i></p> <p><u>PORTARIA Nº 675/GC3, DE 5 DE MAIO DE 2014</u> Aprova o Regulamento (*) do Centro de Operações Espaciais. (*) <i>O Regulamento de que trata a presente Portaria será publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).</i></p> <p><u>PORTARIA Nº 674/GC3, DE 5 DE MAIO DE 2014</u> Reformula o Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica.</p> <p><u>PORTARIA Nº 673/GC3, DE 5 DE MAIO DE 2014</u> Reformula o Sistema de Contraincêndio do Comando da Aeronáutica.</p> <p><u>PORTARIA Nº 672/GC3, DE 5 DE MAIO DE 2014</u> Reformula o Sistema de Engenharia do Comando da Aeronáutica.</p> <p><u>PORTARIA Nº 671/GC3, DE 5 DE MAIO DE 2014</u> Reformula o Sistema de Transporte de Superfície do Comando da Aeronáutica.</p> <p><u>PORTARIA Nº 644/GC6, DE 28 DE ABRIL DE 2014</u> Fixa diretrizes e delega competências, no âmbito do COMAER, para autorizar a celebração e a prorrogação de contratos administrativos de custeio abrangidos pelo Decreto 7.689/2012 e sua regulamentação específica.</p> <p><u>PORTARIA Nº 643/GC6, DE 28 DE ABRIL DE 2014</u> Fixa diretrizes e delega competências, no âmbito do COMAER, para autorizar a concessão de diárias e passagens abrangidas pelo Decreto 7.689/2012 e sua regulamentação específica.</p>
<p>Ministério da Educação (MEC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 12, DE 7 DE MAIO DE 2014</u> Regulamenta o art. 11* da Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, alterada pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. * Art. 11. <i>Fica autorizada a concessão de bolsa-permanência, [...] exclusivamente para custeio das despesas educacionais, a estudantes beneficiários de bolsa integral do Programa Universidade para Todos (Prouni), [...], matriculado em curso de turno integral [...]</i></p> <p>COLÉGIO PEDRO II → Conselho Superior <u>RESOLUÇÃO Nº 24, DE 2 DE MAIO DE 2014</u></p>

	<p>[...] Art. 1º Retificar o Estatuto do Colégio Pedro II. [...]</p> <p>COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA Nº 68, DE 2 DE MAIO DE 2014</u> Disciplina as formas de colaboração e os procedimentos de escolha dos consultores científicos para fins do assessoramento previsto no artigo 3º do Estatuto da CAPES.</p> <p>EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH) <u>PORTARIA Nº 8, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Autoriza a descentralização de créditos orçamentários aos Hospitais Universitários Federais no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF de que trata o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010.</p> <p>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC) <u>PORTARIA Nº 8, DE 2 DE MAIO DE 2014</u> Regulamenta o desenvolvimento de processos de certificação profissional no âmbito da Rede Nacional de Certificação Profissional - Rede CERTIFIC.</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 224, DE 7 DE MAIO DE 2014</u> Atualiza a organização da Unidade de Coordenação de Programas - UCP/SE, vinculada à Subsecretaria de Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda - SGE/SE-MF, responsável pela gestão dos Programas e Projetos de Cooperação referentes à Secretaria-Executiva do MF.</p> <p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) ↳ Diretoria de Política Monetária ↳ ↳ Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos <u>CARTA-CIRCULAR Nº 3.656, DE 30 DE ABRIL DE 2014</u> Divulga esclarecimentos e modelos relativos à instrução de pedido de autorização para arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e dispõe sobre a prestação de informações ao Banco Central do Brasil por instituidores de arranjos não integrantes do SPB, nos termos da Circular nº 3.682, de 4 de novembro de 2013, com a redação dada pela Circular nº 3.705, de 24 de abril de 2014</p> <p>COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) <u>INSTRUÇÃO Nº 548, DE 6 DE MAIO DE 2014</u> Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.</p> <p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>PORTARIA Nº 1.001, DE 6 DE MAIO DE 2014</u> Altera a Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, que estabelece requisitos e procedimentos para o alfandegamento de locais e recintos e dá outras providências.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.465, DE 8 DE MAIO DE 2014</u></p>

	<p>Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.289, de 4 de setembro de 2012, que estabelece procedimentos necessários para habilitação ao gozo dos benefícios fiscais referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014, de que trata a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.464, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Dispõe sobre o processo de consulta sobre classificação fiscal de mercadorias, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.</p> <p>→ Corregedoria <u>PORTARIA Nº 23, DE 6 DE MAIO DE 2014</u> Delega competência aos Chefes de Escritório da Corregedoria da Secretaria da Receita Federal do Brasil.</p> <p>→ Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais → → Coordenação-Geral de Administração Aduaneira <u>ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº8, DE 28 DE ABRIL DE 2014</u> Autoriza a entrega de bens antes da conclusão da conferência aduaneira às Associações estrangeiras membros da Fifa e à Emissora Fonte da Fifa.</p> <p>→ Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento → → Coordenação-Geral de Arrecadação E Cobrança <u>ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CONJUNTO Nº 1, DE 29 DE ABRIL DE 2014</u> Aprova, para o ano-calendário de 2014, o aplicativo para dispositivos móveis – APP Carnê-Leão.</p>
<p>Ministério da Integração Nacional (MI)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) → Comitê Gestor Interministerial do Auxílio Emergencial Financeiro <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Estabelece as exigências a serem cumpridas pelos beneficiários do Auxílio Emergencial Financeiro, previsto na Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, e ampliado pela Medida Provisória nº 645, de 5 de maio de 2014.</p>
<p>Ministério da Justiça (MJ)</p>	<p>COMITÊ GESTOR DA REDE INTEGRADA DE BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS (Comitê Gestor da RIBPG) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Aprova o Manual de Procedimentos Operacionais da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013</u> Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.</p>
<p>Ministério da Previdência Social (MPS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 182, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> [...] Art. 1º Autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a antecipar, nos casos de estado de calamidade pública decorrente de inundações reconhecidos por ato do Governo Federal, aos beneficiários domiciliados no Município de Miracatu, no Estado de São Paulo - SP: [...]</p>

	<p><u>PORTARIA Nº 178, DE 7 DE MAIO DE 2014</u> Altera o parágrafo único do art. 17 da Portaria MPAS Nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999. [...] "Art. 17..... Parágrafo único. Nos casos em que o RGPS for o regime de origem, os débitos referidos neste artigo poderão ser quitados com títulos públicos federais ou por meio de dação em pagamento de imóveis integrantes do Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS." [...]</p> <p><u>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS)</u> <u>RESOLUÇÃO Nº 408, DE 7 DE MAIO DE 2014</u> Aprova o Plano de Comunicação do INSS para o exercício de 2014 e estabelece procedimentos.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 810, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Cria o Grupo de Trabalho de Revisão das Terminologias de Tipos de Estabelecimentos de Saúde.</p> <p><u>PORTARIA Nº 736, DE 2 DE MAIO DE 2014</u> Define, para fins do exame de prévia anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme o art. 229-C da Lei nº 9.279, de 1996, os produtos ou processos farmacêuticos considerados de interesse para as políticas de medicamentos ou de assistência farmacêutica no âmbito do SUS.</p> <p><u>PORTARIA Nº 735, DE 2 DE MAIO DE 2014</u> Aprova a Resolução nº 08/2012, do Grupo Mercado Comum (GMC) do MERCOSUL, que aprova a "Lista de Especialidades Médicas Comuns no MERCOSUL".</p> <p><u>PORTARIA Nº 734, DE 2 DE MAIO DE 2014</u> Aprova a Resolução nº 07/2012, do Grupo de Mercado Comum (GMC) do MERCOSUL, que aprova lista de profissões de saúde que são reconhecidas por todos os Estados Partes no Mercosul.</p> <p><u>PORTARIA Nº 733, DE 2 DE MAIO DE 2014</u> Aprova a Resolução nº 06/2012, do Grupo de Mercado Comum (GMC) do MERCOSUL, que aprova o "Formulário de Solicitação de Avaliação de Tecnologias em Saúde".</p> <p><u>PORTARIA Nº 732, DE 2 DE MAIO DE 2014</u> Altera e acresce dispositivos à Portaria nº 183/GM/MS, de 30 de janeiro de 2014, que regulamenta o incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde, previsto no art. 18, inciso I, da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, com a definição dos critérios de financiamento, monitoramento e avaliação.</p> <p><u>PORTARIA Nº 710, DE 2 DE MAIO DE 2014</u> Credencia Municípios a receberem os incentivos financeiros referentes às estratégias de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família.</p>

PORTARIA Nº 708, DE 2 DE MAIO DE 2014

Autoriza o repasse de recursos financeiros ao Distrito Federal, às capitais e aos Municípios selecionados para a realização do Inquérito de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA Inquérito 2014).

PORTARIA Nº 183, DE 30 DE JANEIRO DE 2014 (*)

Regulamenta o incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde, previsto no art. 18, inciso I, da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, com a definição dos critérios de financiamento, monitoramento e avaliação.

() Republicada por ter saído no DOU nº 22, de 31-1-2014, Seção 1, pág. 59, com incorreção no original.*

**AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)
– Diretoria Colegiada (DC)**

RESOLUÇÃO - RDC Nº 25, DE 5 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre os requisitos mínimos de identidade e qualidade para as agulhas hipodérmicas e agulhas gengivais.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 24, DE 5 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre os requisitos mínimos de identidade e qualidade para seringas hipodérmicas estéreis de uso único.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 23, DE 5 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre os requisitos mínimos de identidade e qualidade para os equipos de uso único de transfusão, de infusão gravitacional e de infusão para uso com bomba de infusão.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA)

PORTARIA Nº 372, DE 5 DE MAIO DE 2014

[...] **Art. 1º** Divulgar os empreendimentos de engenharia dos proponentes selecionados, conforme Anexo I. [...]

PORTARIA Nº 371, DE 2 DE MAIO DE 2014

Altera a Portaria nº 902, de 2 de julho de 2013, que dispõe sobre critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros das ações de saneamento e saúde ambiental custeadas pela Fundação Nacional de Saúde e dá outras providências.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS)

PORTARIA CONJUNTA Nº 370, DE 7 DE MAIO DE 2014

[...] **Art. 1º** Esta Portaria dispõe sobre regulamento técnico-sanitário para o transporte de sangue e componentes. [...]

PORTARIA Nº 371, DE 7 DE MAIO DE 2014

Institui diretrizes para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido (RN) no Sistema Único de Saúde (SUS).

PORTARIA Nº 358, DE 5 DE MAIO DE 2014

Institui o fluxo de recebimento, análise e resposta às demandas de controle administrativo interno e externo e o Comitê de Monitoramento das Demandas de Controle (Comitê-MDC) no âmbito da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS).

<p>Ministério das Cidades (MCidades)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 253, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Divulga seleção de proposta apresentada pela Prefeitura de Guarulhos/SP, para execução de ações de transporte e de mobilidade urbana, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento.</p> <p><u>PORTARIA Nº 252, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Regulamenta os requisitos e os procedimentos para aprovação e acompanhamento de projetos de investimento considerados prioritários na área de infraestrutura para o setor de mobilidade urbana, para efeito do disposto no Decreto nº 7.603/2011 e no Art. 2º da Lei nº 12.431/2011.</p> <p><u>PORTARIA Nº 251, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Divulga a seleção de empreendimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Pacto da Mobilidade. <i>(Grande São Paulo)</i></p> <p><u>PORTARIA Nº 247, DE 6 DE MAIO DE 2014</u> Estabelece as condições gerais para habilitação e requalificação de entidades privadas sem fins lucrativos, como Entidades Organizadoras, no âmbito dos programas de habitação de interesse social geridos pelo Ministério das Cidades, e o calendário do exercício de 2014.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Dá nova redação ao Anexo da IN 28/2013, que dispõe sobre o calendário para contratação de operações de crédito do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - 2ª etapa, no âmbito do PRÓ- TRANSPORTE, com recursos do FGTS.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Altera a Instrução Normativa nº 39, de 05 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referentes à área de Infraestrutura Urbana, para o exercício de 2014.</p>
<p>Ministério das Comunicações (MC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 416, DE 6 DE MAIO DE 2014</u> Dispõe sobre a exploração do Serviço Móvel Pessoal - SMP, por meio de Rede Virtual (RRV-SMP), pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL) <u>ATO Nº 4.926, DE 29 DE ABRIL DE 2014</u> [...] Art. 1º Estabelecer, em caráter excepcional, no período compreendido entre 1º de junho a 31 de agosto de 2014, as seguintes condições relativas ao Serviço de Radioamador: [...]</p>
<p>Ministério das Relações Exteriores (MRE)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 262, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de coordenar os trabalhos para a realização em Brasília do XXI Congresso Panamericano da Criança e do Adolescente.</p>

<p style="text-align: center;">Ministério de Minas e Energia (MME)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.729, DE 6 DE MAIO DE 2014</u> Homologa as Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs referentes à Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.728, DE 6 DE MAIO DE 2014</u> Homologa as Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs referentes à Caiuá Distribuição de Energia S.A. - Caiuá-D e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.727, DE 6 DE MAIO DE 2014</u> Homologa as Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs referentes à Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.726, DE 6 DE MAIO DE 2014</u> Homologa as Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs referentes à Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.724, DE 6 DE MAIO DE 2014</u> Aprova o Edital do Leilão nº 03/2014-ANEEL e seus anexos, referente à contratação de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, a partir das fontes hidrelétrica, eólica e termelétrica a gás natural ou a biomassa, e fixa as TUST e as TUSDg de referência para as centrais geradoras que participarem do aludido certame.</p>
<p style="text-align: center;">Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 33, DE 30 DE ABRIL DE 2014</u> Altera a Portaria MDA nº 21, de 27 de março de 2014, que dispõe sobre a identificação do agricultor familiar e estabelece condições e procedimentos para emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.</p> <p><u>PORTARIA Nº 32, DE 30 DE ABRIL DE 2014</u> Fixa a contrapartida para transferências de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos no ano de 2014.</p>
<p style="text-align: center;">Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)</p>	<p>BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) <u>RESOLUÇÃO Nº 2.607, DE 8 DE ABRIL DE 2014</u> [...] Art. 1º Esta Resolução destina-se a atualizar o Anexo à Resolução BNDES nº 665, de 10 de dezembro de 1987 - Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES. [...]</p>

<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 154, DE 2 DE MAIO DE 2014</u> Estabelece a Política de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e constitui o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações.</p> <p><u>PORTARIA Nº 153, DE 2 DE MAIO DE 2014</u> Institui o Grupo de Trabalho para propor escopo para um Sistema Ambiental de Uso da Biodiversidade Aquática e dá outras providências.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 5 DE MAIO DE 2014</u> Dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural-CAR.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) <u>RESOLUÇÃO Nº 683, DE 5 DE MAIO DE 2014</u> Aprova procedimentos para validação de regras de uso da água em corpos hídricos de domínio da União estabelecidas em condições especiais.</p> <p>INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA Nº 53, DE 2 DE MAIO DE 2014</u> Regulamenta os procedimentos para termos de ajustamento de conduta - TAC e acordos judiciais em matéria finalística e dá outras providências.</p>
<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 141, DE 2 DE MAIO DE 2014</u> [...] Art. 1º As comunicações de dados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional deverão ser realizadas por redes de telecomunicações e serviços de tecnologia da informação fornecidos por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista da União e suas subsidiárias, observado o disposto nesta Portaria. [...]</p> <p><u>PORTARIA Nº 138, DE 2 DE MAIO DE 2014</u> [...] Art. 1º Ficam estabelecidos para o Ministério da Saúde, conforme disposto no Anexo a esta Portaria, os valores máximos a serem despendidos com o Adicional por Plantão Hospitalar (APH), de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, no primeiro e segundo semestres de 2014, no âmbito dos hospitais a ele vinculados. [...]</p>
<p>Ministério do Turismo (MTur)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 90, DE 6 DE MAIO DE 2014</u> Institui Grupo de Trabalho de Turismo Náutico com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas e o desenvolvimento de ações necessárias ao fortalecimento do turismo náutico no Brasil.</p>

<p>Ministério Público da União (MPU)</p>	<p>ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA <u>PORTARIA Nº 10, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Altera a Portaria PGR/MPU nº 707, de 12/11/2012, que dispõe sobre a concessão de licença-prêmio por assiduidade aos servidores do Ministério Público da União.</p>
<p>Poder Judiciário</p>	<p>SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) → Conselho da Justiça Federal (CFJ) <u>RESOLUÇÃO Nº 292, DE 28 DE ABRIL DE 2014</u> Dispõe sobre alteração de dispositivos da Resolução n. 67, de 3 de julho de 2009, que trata de normas para a realização do concurso público para investidura no cargo de juiz federal substituto, no âmbito da Justiça Federal.</p>
<p>Tribunal de Contas da União (TCU)</p>	<p>TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) <u>PORTARIA Nº 112, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Autoriza a descentralização externa de créditos orçamentários e o repasse de recursos financeiros para Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento/DGI/SE/CGU.</p> <p><u>PORTARIA Nº 67, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Dispõe sobre a estrutura, a vinculação e a denominação das unidades integrantes da Secretaria do Tribunal de Contas da União.</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>10/05/2014</p>	<p>DECRETO Nº 60.434, DE 9 DE MAIO DE 2014 Dispõe sobre a admissão na Ordem do Ipiranga [...] os seguintes Ministros do Superior Tribunal de Justiça, no Grau de Grã-Cruz: I - ANTONIO CARLOS FERREIRA; II - PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO; III - REGINA HELENA COSTA; IV - RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA; V - SIDNEI AGOSTINHO BENETI [...] DOE, Seção I, 10/05/2014, p. 1</p> <p>DECRETO Nº 60.433, DE 9 DE MAIO DE 2014 Dá nova redação a dispositivos do artigo 8º do Decreto nº 53.966, de 22 de janeiro de 2009, que disciplina a concessão de gratificação de representação, de que trata o inciso III do artigo 135 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968 DOE, Seção I, 10/05/2014, p. 1</p> <p><u>DECRETO Nº 60.428, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Publicado no D.O. de 9-5-2014 Republicação do anexo ANEXO a que se refere o artigo 1º do Decreto nº 60.428, de 8 de maio de 2014 CÓDIGO DE ÉTICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL [...]</p>

09/05/2014	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.241, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Cria a Região Metropolitana de Sorocaba e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 60.428, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Aprova o Código de Ética da Administração Pública Estadual e dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 57.500, de 8 de novembro de 2011</p> <p><u>DECRETO Nº 60.427, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Dá nova redação ao "caput" do artigo 1º do Decreto nº 60.281, de 21 de março de 2014, que dispõe sobre a celebração de convênios que especifica</p>
08/05/2014	<p><u>DECRETO Nº 60.421, DE 7 DE MAIO DE 2014</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p>
07/05/2014	<p><u>RETIFICAÇÃO D.O. DE 6-5-2014 (DEC. 60.409)</u> No referendo, leia-se como segue e não como constou: Palácio dos Bandeirantes, 5 de maio de 2014 GERALDO ALCKMIN Philippe Vedolim Duchateau Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Secretaria da Fazenda Julio Francisco Semeghini Neto Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional Nelson Luiz Baeta Neves Filho Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação Edson Aparecido dos Santos Secretário-Chefe da Casa Civil Publicado na Casa Civil, aos 5 de maio de 2014.</p>
06/05/2014	<p><u>DECRETO Nº 60.409, DE 5 DE MAIO DE 2014</u> Fixa prazos especiais para recolhimento do ICMS nas saídas de mercadorias decorrentes do evento* que especifica e dá outras providências * APAS-2014 - 30º Congresso de Gestão e Feira Internacional de Negócios em Supermercados</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP - 62, DE 7-5-2014</u> Constitui Grupo Permanente de Trabalho com o fim de avaliar, aprovar, elaborar e propor temas a serem objeto dos Procedimentos Operacionais Padrão – POP e dos Procedimentos</p>

	Administrativos Padrão – PAP para os Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária
Educação (SE)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 24, DE 6-5-2014</u> Fixa módulo de Supervisor de Ensino nas Diretorias de Ensino e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 23, DE 6-5-2014</u> Estabelece Módulo de Pessoal nos Órgãos Centrais e Diretorias de Ensino</p>
Fazenda (SF)	<p>COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G-17, DE 05-05-2014</u> O Coordenador da Administração Financeira, resolve: Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de ABRIL/2014 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 07-05-2014 – Celetistas; Dia 08-05-2014 - Órgãos subordinados ao Gabinete do Governador, Secretarias de Estado e Pensões Especiais. [...]</p>
Meio Ambiente (SMA)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA-40, DE 07-05-2014</u> Dispõe sobre os procedimentos relativos à suspensão da queima da palha da cana-de-açúcar, ditados pela Lei Estadual 11.241, de 19-09-2002, e regulamentada pelo Decreto Estadual 47.700, de 11-03-2003</p>
Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SPDR Nº 08, DE 9-5-2014</u> Classifica a função de serviço público que específica para fins de atribuição de gratificação "pro-labore" e dá providências correlatas</p> <p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN-917, DE 05-05-2014</u> Relaciona e indica condutores notificados no mês de maio de 2014, consoante exigência prevista na Portaria DETRAN n. 767, de 2006</p>
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	<p>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE 8, DE 30-4-2014</u> Altera dispositivos das Rotinas do Contencioso Geral, aprovadas pela Resolução PGE 22, de 27-6-2012</p>
Saúde (SS)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS-51, DE 09-05-2014</u> Estabelece a transferência, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde relacionados, referentes ao saldo de recursos para a realização de cirurgias eletivas, no exercício de 2013/2014 e dá outras providências</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS-50, DE 07-05-2014</u></p>

	<p>Define os valores do Piso de Atenção Básica Estadual, para o ano de 2014, bem como, a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, de forma direta e regular, nos moldes determinados pelo Decreto Estadual 53.019, de 20-05-2008, e dá outras providências</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 49, DE 7-5-2014</u> Designa os representantes do Grupo Técnico de Trabalho do Projeto Cartão SUS/SP - GTT – Cartão SUS/SP, a que se refere à Resolução SS - 111, de 25 de outubro de 2013 e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 48, DE 7-5-2014</u> Altera o Artigo 3º, da Resolução SS-111, de 25 de outubro de 2013, que instituiu o Grupo Técnico de Trabalho para elaboração do Projeto Cartão SUS/SP, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS – 46, DE 5-5-2014</u> Institui Grupo de Trabalho para implantação do Programa de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS-35, DE 24-03-2014</u> Dispõe sobre alteração do Artigo 4º, da Resolução SS-130, de 09-12-2013, que habilitou Municípios a receberem recursos referentes ao Programa Qualis UBS Fase II, Componente Reforma e/ou Ampliação, e dá outras providências</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>10/05/2014</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 20, DE 2014</u> Retificação Leia-se como se segue e não como constou: Artigo 1º - II - no SQC – II, 35 (trinta e cinco) de Agente da Fiscalização Financeira, Padrão 1-A, da Escala de Vencimentos prevista no Anexo III do artigo 10 da Lei Complementar Estadual nº 1026, de 20 de dezembro de 2007. (Publicado no D.A.L. de 09/05/14)</p> <p>PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 596, DE 2014 Dispõe sobre a implantação de um número telefônico emergencial à Polícia Rodoviária Estadual. DOE, Legislativo, 10/05/2014, p. 9</p> <p>PROJETO DE LEI Nº 595, DE 2014 Mensagem A-nº 047/2014, do Sr. Governador do Estado [...] Dispõe sobre a extinção da Fundação Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador - CERET, e dá providências correlatas. [...] DOE, Legislativo, 10/05/2014, p. 9</p>

	<p>PROJETO DE LEI Nº 584, DE 2014 Dispõe sobre a prestação de serviços de banho, tosa e perfumaria de cães e gatos no Estado DOE, Legislativo, 10/05/2014, p. 8</p> <p><u>PROJETOS DE LEI DO Nº 585 AO Nº 594, DE 2014</u> Dispõe sobre a implantação de repúblicas para idosos de baixa renda nos municípios: Cafelândia, Getulina, Guaimbê, Guaiçara, Guarantã, Lins, Pongai, Promissão, Sabino, Uru DOE, Legislativo, 10/05/2014, pp. 8-9</p>
<p>09/05/2014</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 20, DE 2014</u> TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para o Corpo de Auditores, altera a Lei Complementar Estadual nº 979, de 08 de dezembro de 2005, acrescenta dispositivo à Lei Complementar Estadual nº 1026, de 20 de dezembro de 2007 e dá outras providências.</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 583, DE 2014</u> Dispõe sobre a composição mínima de 50% de mulheres nos Conselhos do Controle Social do Estado de São Paulo, na forma que dispõe.</p> <p><u>PROJETOS DE LEI DO Nº 573 AO Nº 582, DE 2014</u> Dispõe sobre a implantação de repúblicas para idosos de baixa renda nos municípios: Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Boracéia, Dois Córregos, Igarapu do Tietê, Itaju, Itapuú, Jaú e Mineiros do Tietê. DOE, Legislativo, 09/05/2014, pp. 13-14</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 571, DE 2014</u> Fica proibida, no âmbito do Estado, a cobrança de qualquer valor ou taxa, pelas maternidades particulares, para permitir que o médico que atendeu a parturiente durante os meses de gestação seja o responsável pelo parto.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 568, DE 2014</u> Altera a Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, que institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado de São Paulo, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 567, DE 2014</u> Dispõe sobre medição individualizada de consumo de água em edificações prediais verticais ou condomínios e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 566, DE 2014</u> Obriga os laboratórios da indústria farmacêutica e as distribuidoras a substituir, junto às farmácias e drogarias do Estado, todas as drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos que estiverem com seus prazos de validade vencidos.</p>

	<p>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) <u>ORDEM DE SERVIÇO SDG Nº 01/2014</u> [...] 1 Da sistemática de autuação e apreciação dos processos versando sobre repasses públicos precedidos ou não de ajustes, de valores individuais inferiores aos estabelecidos para remessa obrigatória (R\$ 3.824.000,00 no âmbito estadual e R\$ 2.731.000,00 no âmbito municipal), conforme disposto no artigo 1º da Resolução nº 05/2014) [...]</p> <p>→ Comunicados da Secretaria Diretoria Geral <u>COMUNICADO SDG Nº 013/2014</u> PROCESSO ELETRÔNICO – e-TCESP O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos do § 2º do art. 220 do Regimento Interno combinado com os artigos 10 e 13 da Resolução nº 01/2011, comunica a todos os interessados (pessoas físicas ou jurídicas) e jurisdicionados que a documentação e informações encaminhadas para fins de recepção e de cadastramento do processo eletrônico, inclusive Representações e Denúncias (arts. 214 e 215 do Regimento Interno) serão processadas eletronicamente, observados os seguintes procedimentos: Para a petição efetuada junto às Unidades Protocoladoras: [...]</p>
<p>08/05/2014</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 565, DE 2014</u> Veda a cobrança de tarifas pela utilização dos terminais rodoviários pelos idosos beneficiários da gratuidade no transporte intermunicipal de passageiros.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 564, DE 2014</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade do plantio e conservação de árvores, conforme especifica, nos canteiros centrais das rodovias estaduais, objetivando a preservação da flora do Estado de São Paulo.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 563, DE 2014</u> Dispõe sobre a instituição de programa e criação de unidade itinerante para atendimento veterinário e dá outras providências.</p>
<p>07/05/2014</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 19, DE 2014</u> Mensagem A-nº 046/2014, do Senhor Governador do Estado Institui a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Penitenciário - DEJEP aos integrantes da carreira de Agente de Segurança Penitenciária em exercício na Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.</p> <p><u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 18, DE 2014</u> Mensagem A-nº 045/2014, do Senhor Governador do Estado Altera as Leis Complementares nº 959, de 13 de setembro de 2004; nº 898, de 13 de julho de 2001; nº 842, de 24 de março de 1998; nº 315, de 17 de fevereiro de 1983, e dá providências correlatas.</p>

<p>06/05/2014</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 554, DE 2014</u> Proíbe a distribuição de animais vivos, bem como a exposição, manutenção, utilização e transporte dos mesmos em situações que provoquem maus tratos, independente das sanções previstas em outros dispositivos legais: Municipal, Estadual ou Federal, e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETOS DE LEI DO Nº 528 AO Nº 552, DE 2014</u> Dispõe sobre a implantação de repúblicas para idosos de baixa renda nos municípios: Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guataparã, Guariba, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Taquaral. DOE, Legislativo, 06/05/2014, pp. 18-22</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>09/05/2014</p>	<p><u>DECRETO Nº 55.090, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Regulamenta a Lei nº 15.916, de 16 de dezembro de 2013, que dispõe sobre vestuário padronizado para os trabalhadores do Transporte Coletivo Público de Passageiros no Município de São Paulo.</p> <p><u>DECRETO Nº 55.089, DE 8 DE MAIO DE 2014</u> Institui o Projeto Guardiã Maria da Penha.</p>
<p>07/05/2014</p>	<p><u>DECRETO Nº 55.085, DE 6 DE MAIO DE 2014</u> Regulamenta a Lei nº 15.947, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos em vias e áreas públicas – comida de rua.</p> <p><u>SUPLEMENTO RELATÓRIOS</u> Relatório das áreas municipais de uso comum, uso especial e dominiais pertencentes à administração direta do município, nos termos do disposto pelo art. 3º das disposições gerais e transitórias, da Lei Orgânica do Município e art. 1º da Lei nº 10.906/90.</p> <p>Relatório das áreas municipais cedidas a terceiros mediante permissão de uso e concessão administrativa de uso, nos termos do disposto pelo art. 114, parágrafo 6º da lei orgânica do município, art. 4º das disposições gerais e transitórias da Lei Orgânica do Município, e art. 2º da Lei nº 10.906/90.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Júlio César de Paula - jcdepaula@sp.gov.br

Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107